

Procuradoria Geral do Município do Rio  
de Janeiro



8º Concurso para Ingresso na Classe  
Inicial da Carreira de Procurador



**PROVA ESCRITA ESPECÍFICA**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**INSTRUÇÕES GERAIS**

Neste Caderno de Questões, você encontrará **03 (três) páginas** numeradas sequencialmente, contendo esta folha de rosto e **03 (três) questões** de **Direito Processual Civil**.

Verifique a paginação e se as questões estão legíveis. Se houver erro ou problemas de impressão, notifique o fiscal.

Este caderno poderá ser levado pelo candidato após o transcurso de 1 (uma) hora de prova.

Somente será permitido ao candidato retirar-se definitivamente da sala após transcorrido o tempo de **01 (uma) hora do início da prova**, mediante a entrega obrigatória da sua Folha de Respostas e das folhas de rascunho para descarte.

Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala somente poderão sair juntos, após presenciarem o fechamento dos envelopes, rubricando-os.

## PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

#### QUESTÃO 1 (VALOR: 30 PONTOS)

Disserte sobre as peculiaridades do processo arbitral que tenha como parte o Município do Rio de Janeiro.

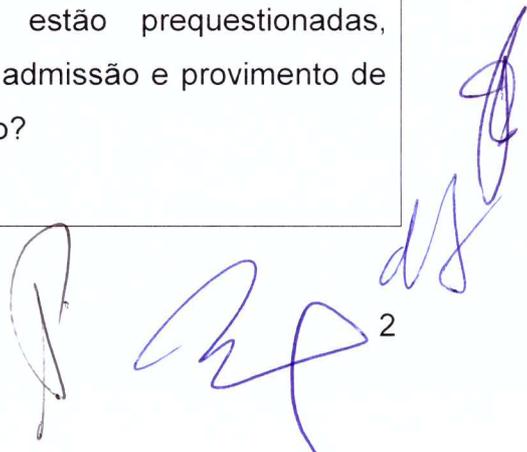
#### QUESTÃO 2 (VALOR: 40 PONTOS)

Em sede de execução de ação de desapropriação, a Contadoria Judicial, ao elaborar novos cálculos para expedição de segundo precatório, aplicou juros moratórios de 1% ao mês sobre o pagamento parcelado de precatório anterior relativo à parte incontroversa da execução, cujas parcelas já continham os juros legais previstos no art. 78 do ADCT da CRFB. Ademais, computou juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano, a partir do trânsito em julgado, sobre o valor remanescente da execução, contrariando a coisa julgada que os fixara em 6% (seis por cento) ao ano.

A impugnação do Município foi rejeitada pelo Juízo de 1º grau, sob o fundamento de que cálculos anteriores na execução já continham essas mesmas taxas de juros, sem que, no entanto, tivessem sido impugnados.

O agravo de instrumento interposto contra tal decisão teve o seu provimento negado, mediante acórdão calcado nos fundamentos de que ocorrera preclusão no caso e de que os juros aplicados nos cálculos não decorreriam de mero erro material, mas, sim, de critério jurídico utilizado pelo contador.

Pressupondo-se que as matérias pertinentes estão prequestionadas, pergunta-se: Quais seriam os fundamentos para a admissão e provimento de eventuais recursos especial e extraordinário no caso?



2

### QUESTÃO 3 (VALOR: 30 PONTOS)

Quais os requisitos exigidos pela jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça para cobrança e para alteração do valor da *astreinte*, fixada em decisão judicial transitada em julgado, relativa ao cumprimento de obrigação de fazer.

